



## Apresentação

# Estudos sobre a relação entre gramática e língua: diversidade, unidade e métodos

*Leandro Silveira de ARAUJO\**

*Alfonso ZAMORANO AGUILAR\*\**

*Francisco Eduardo VIEIRA \*\*\**

Considerada uma das manifestações mais expressivas do comportamento metalinguístico ocidental, a gramatização representa, nos termos de Auroux (2014), uma revolução tecnológica que visa descrever e instrumentar uma língua compondo seu saber metalinguístico. Essa atividade codificadora foi se consolidando desde os primeiros gramáticos, os quais assentaram as bases de sua atividade na descrição da norma de bom uso, inspirados nos preceitos da língua literária.

O modelo greco-latino foi tomado pelos gramáticos renascentistas, que visavam dotar as línguas vernáculas com o *status quo* e prestígio que caracterizavam as línguas clássicas. É, contudo, a partir do início do século XX, com o Círculo Linguístico de Praga, que se começa a refletir efetivamente sobre as contribuições que a linguística moderna sincrônica poderia trazer a esse processo de intervenção humana consciente sobre a língua.

---

\* Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP), professor do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8518-1266>. [araujoleandrosilveira@gmail.com](mailto:araujoleandrosilveira@gmail.com).

\*\* Doutor em Filosofia e Letras (UCO/Espanha), Catedrático de Linguística Geral da Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade de Córdoba – Espanha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1565-5419>. [fe2zaaga@uco.es](mailto:fe2zaaga@uco.es).

\*\*\* Doutor em Letras (UFPE), professor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5076-4488>. [feduardovieira@gmail.com](mailto:feduardovieira@gmail.com).

Como resultado, assumiu-se a norma estandar como o “conjunto de regras que tem existência objetiva e provém da compreensão mútua de uma coletividade, que a percebe e aceita como obrigatória no uso coletivo dos locutores” (MONTEAGUDO, 1994, p. 144). Por outro lado, a “codificação” foi tomada como o “registro e regularização da norma nos manuais, gramáticas, dicionários etc., por uma autoridade reconhecida, e que ajuda a unificar e estabilizar a norma que geralmente está submetida a oscilações” (MONTEAGUDO, 1994, p. 145).

Naturalmente, aquela norma, a objetiva, estará em construção contínua e sujeita à mudança, enquanto a “codificação” será mais estável, apenas sofrendo intervenções de tempos em tempos e com certo atraso em relação à dinâmica normal do emprego da língua. Por conseguinte, a codificação pode ou não refletir bem a norma vigente, posto que levará tempo para se atualizar e apenas registrará parte da língua em uso na comunidade.

A limitação descritiva imposta pelas características físicas e temporais de uma gramática exige de seu autor um posicionamento seletivo que o leva a escolher determinados usos, homologando-os em detrimento de outros – excluídos da descrição. Posto que essa escolha implica uma tomada de posição frente à língua, concordamos que “as gramáticas nunca são neutras, inocentes; nunca são apolíticas”, pois sempre implicam a escolha de “uma determinada visão de língua” (ANTUNES, 2007, p. 33).

A fim de contribuir para a qualidade da codificação, o Círculo Linguístico de Praga ressaltou a importância de que os linguistas não limitassem sua atividade à descrição das normas objetivas, mas também participassem do processo de codificação. Através de uma intervenção com critérios teórico-metodológico científicos, o estudioso da linguagem pode viabilizar uma aproximação mais adequada da codificação e da norma. É nesse contexto que se insere a proposição deste

volume temático à revista Domínios de Lingu@gem, o qual promove diálogo entre muitas disciplinas linguísticas em torno de um único tema: a gramática.

Intitulado **Estudos sobre a relação entre gramática e língua: diversidade, unidade e métodos**, o presente volume temático reúne trabalhos que exemplificam a diversidade de abordagens possíveis no tratamento da gramática. Contudo, antes de passarmos efetivamente à apresentação dos dezesseis trabalhos que compõem este dossiê, apresentamos, na seção seguinte, os grupos de pesquisas que estiveram por trás desta proposta.

### **1 Algumas abordagens gramaticográficas no Brasil e na Espanha**

Ressaltamos que o sucesso da organização deste volume temático resultou da parceria estreita entre três grupos de pesquisa que assumem, entre outros aspectos, a gramática como objeto de estudo. No Brasil, encontram-se o “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas” (UFPB/CNPq) e o “NormaLi – Núcleo de Estudos da Norma Linguística” (UFU/CNPq); na Espanha, o grupo “HUM-060 - Pensamiento, lenguas y textos: estudios teóricos, aplicados y didácticos” (Universidad de Córdoba).

Credenciado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o grupo de pesquisa “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas” está sediado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa. Nessa instituição, vincula-se ao Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL), ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino (PGLE).

O HGEL desenvolve estudos e pesquisas em Historiografia da Linguística e Linguística Aplicada e seus principais temas de trabalho são: (a) processos de surgimento, desenvolvimento, recepção, contraposição de teorias, saberes e ideias linguísticas, em especial na história da gramática e na história da Linguística brasileira;

(b) movimentos de construção da norma-padrão do Brasil, elaborada por diferentes agentes e instrumentos linguísticos desde o século XIX até os dias atuais; (c) práticas pedagógicas (pretéritas e contemporâneas) envolvendo ensino de línguas, especialmente ensino de gramática, apresentadas em gramáticas escolares, livros didáticos, documentos governamentais, currículos, planos de curso, materiais didáticos de formação continuada e aulas de língua de um modo geral..

Atualmente, são membros do HGEL os professores Francisco Eduardo Vieira (UFPB) e Leonardo Gueiros (UFPB), líderes do grupo, o professor Carlos Alberto Faraco (UFPR) e estudantes de iniciação científica, mestrado e doutorado, os quais participam de dois principais macroprojetos de pesquisa: (1) “Historiografia da Sintaxe no Brasil (HSB): teoria, norma e ensino”, cujo objetivo é elaborar narrativas descritivas, interpretativas e explicativas sobre como o conhecimento sintático foi e vem sendo adquirido, formulado, difundido, transformado, preservado, didatizado ou esquecido no contexto sociocultural brasileiro; e (2) “Mapeamento da produção em educação linguística publicada em periódicos brasileiros (1960-1999): uma contribuição (epi)historiográfica”, que pretende construir um mapeamento da produção sobre ensino de língua portuguesa publicada na literatura científica em letras e linguística a partir da década de 1960.

Por sua vez, o Núcleo de Estudos da Norma Linguística (NormaLi) é um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia, também credenciado ao CNPq. Tem como principal objetivo a análise do conceito de norma linguística sob diferentes perspectivas. Assim, interessa-se pelo modo como as línguas se organizam naturalmente em sociedade, bem como pela maneira como o homem descreve/prescreve esse comportamento. Por conseguinte, também é latente o interesse comparativo, a partir do qual se observa como esses movimentos de normatização ocorrem em diferentes comunidades e quais são seus impactos imediatos, especialmente para os povos de língua oficial românica.

Desse modo, interessam aos pesquisadores do NormaLi temáticas como: o conceito de norma linguística; a construção das normas linguísticas; a variação e a mudança nas línguas; a constituição histórica das gramáticas das línguas; o papel da gramática na sociedade; o papel da gramática no ensino de línguas materna e estrangeira; aspectos morfossintáticos das línguas naturais; e métodos de descrição linguística.

As pesquisas do grupo se organizam em cinco principais eixos, articulados a partir do conceito de norma linguística:

- Norma linguística e descrição de línguas naturais;
- Norma linguística e ensino;
- Norma linguística e gêneros do discurso;
- Norma linguística e gramaticografia;
- Norma linguística e variação linguística.

Liderado pelo professor Leandro Silveira de Araujo (UFU), o grupo de estudos conta com a participação ativa de alunos dos cursos de graduação em Letras: Espanhol e Português, que desenvolvem suas pesquisas de Iniciação Científica como voluntários, financiados pelo CNPq, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) ou pelo Programa de Educação Tutorial (PET), do Ministério da Educação. Também compõem o grupo de pesquisadores em formação alunos do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS/UFU) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFU).

As parcerias interinstitucionais estabelecidas pelo NormaLi avançam pelo território nacional e internacional. Desse modo, figuram entre seus colaboradores, doutores e doutorandos de instituições como: Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Mato Grosso, *Universidad del Salvador* (Argentina), *Universidad de Córdoba* (Espanha), *Università Ca'*

*Foscari Venezia* (Italia) e *Università degli Studi di Perugia* (Italia). A diversidade de parceiros que formam o NormaLi permite o desenvolvimento de pesquisas relacionadas às línguas portuguesa, espanhola, francesa e italiana, como línguas tanto maternas quanto estrangeiras.

Finalmente, o grupo de pesquisa “HUM-060 Pensamiento, lenguas y textos: estudios teóricos, aplicados y didácticos”, pertencente ao Plano Andaluz de Pesquisa (Espanha), foi dirigido pela professora María Rosal Nadales (professora da área de Didática de Língua e Literatura) desde a sua criação, em 2010, até 2018, quando o professor Alfonso Zamorano Aguilar (professor da área de Linguística Geral) assumiu a direção. O grupo está vinculado à Universidade de Córdoba (Espanha), instituição à qual pertencem os treze pesquisadores que o compõem.

As publicações e atividades do grupo concentram-se em quatro linhas principais de pesquisa, que resultaram em eventos e estudos interdisciplinares conjuntos:

- 1) História e historiografia da linguística. Metodologia da pesquisa historiográfica. História das ideias gramaticais na Espanha e na América Latina.
- 2) Estudos síncronos da língua espanhola. Fonética e fonologia. Morfossintaxe. Lexicologia e terminologia.
- 3) Espanhol como língua estrangeira. Metodologia. Teoria linguística e ELE: os tempos do verbo espanhol.
- 4) Didática da língua e literatura. Leitura. Feminismo e estudos de gênero.

Até o momento, o grupo *HUM-060* produziu 316 contribuições para congressos, 263 publicações em revistas científicas e 230 livros/capítulos de livros. Também conta atualmente com o desenvolvimento de quatro projetos de pesquisa em desenvolvimento liderados por membros do grupo:

- Projeto sobre séries textuais e cânone na história gramatical hispânica da América do Sul – financiado pelo Ministério da Ciência e Inovação da Espanha e coordenado pelos professores Alfonso Zamorano Aguilar e Esteban T. Montoro del Arco;
- Projeto sobre teoria linguística e ensino-aprendizagem E/LE – subsidiado e aprovado no âmbito dos projetos de excelência da *Junta de Andalucía*, Espanha, e coordenado pelo professor Alfonso Zamorano Aguilar;
- Teoria linguística, ensino-aprendizagem do sistema verbal espanhol e ELE – financiado pela Universidade de Córdoba e pelos fundos FEDER. Coordenação pelos professores Alfonso Zamorano Aguilar e María Martínez-Atienza de Dios;
- Projeto centrado no estudo historiográfico e da tradução de tradutores andaluzes da segunda metade do século XVIII – subsidiado pela Universidade de Córdoba e coordenado pela professora Adela González Fernández.

Da mesma forma, o grupo HUM-060 mantém redes internacionais de pesquisa com pesquisadores de vários países da Europa e América Latina. Também realiza periodicamente um congresso internacional sobre a relação entre pensamento, linguagens e textos, e participa de inúmeros dias de divulgação científica.

Concluída a apresentação dos grupos de estudos que articularam a organização deste volume temático, passamos à apresentação dos trabalhos que compõem este número da revista *Domínios de Lingu@gem*.

## 2. Estudos sobre a relação entre gramática e língua

Com o propósito de melhor orientar o leitor, os textos foram agrupados neste volume em três eixos temáticos principais. Os cinco primeiros trabalhos enquadram-se dentro de uma historiografia gramaticográfica que vai do século XVI ao XIX. O segundo eixo temático aglutina seis artigos que analisam a gramática a partir do prisma da política linguística e da sociolinguística educacional. Finalmente, o terceiro agrupamento reúne mais cinco trabalhos que refletem sobre ensino de gramática e descrição gramatical.

O volume é introduzido pelo estudo **“As fontes gramaticais e a divisão de conteúdos da *De Institutione Grammatica Libri Tres* (1572) de Manuel Álvares”**, escrito por Leonardo Ferreira Kaltner (UFF) e Janaína Fernanda de Oliveira Lopes (UFF). Situado na área disciplinar Historiografia da Linguística, especificamente nos estudos de gramaticografia renascentista, o artigo analisa os três prestigiados livros de gramática latina do Pe. Manuel Álvares, obra que indiretamente influenciou a tradição gramatical ocidental. O foco da análise incide no contexto da gramática, nas fontes selecionadas por esse humanista português e na organização dos conteúdos gramaticais, sendo este último um dos principais fatores para o prestígio da obra à época: sua sistematização na descrição da língua latina era didática e progressiva, tendo um caráter pedagógico e pragmático, adequado à educação humanística em voga nos colégios.

Também ancorado na Historiografia da Linguística e nos estudos gramaticográficos, o artigo **“Aspectos sintáticos e prosódicos do sistema de pontuação: notas sobre a gramatização do português quinhentista”**, de Mariana Maris (UFPB), parte de problemas teóricos, normativos e pedagógicos do presente para investigar o tratamento dos sinais de pontuação em português durante o século XVI, a partir, sobretudo, da análise do tratado ortográfico de Pero Magalhães de Gândavo (1574), mas também de considerações sobre a gramática de João de Barros



(1540) e sobre alguns manuscritos medievais e impressos renascentistas. Os resultados indicam que já atravessam a gramatização inaugural do português a categorização da pontuação como fenômeno ortográfico da língua e considerações tanto prosódicas quanto sintáticas acerca desse fenômeno, nas quais confluem a demarcação de pausas próprias à entonação e a delimitação de constituintes oracionais. Diante disso, a autora sugere que a pontuação seja percebida de um ponto de vista menos polarizado ou excludente quanto a essas duas dimensões constitutivas (prosódica e sintática) de sua normatização ao longo da história, as quais revelam vínculos e fronteiras entre a fala e a escrita.

Uma terceira historiografia da gramaticografia se faz presente neste número temático, agora com o artigo **“O tratamento das figuras de linguagem em gramáticas setecentista e oitocentista de língua portuguesa”**, escrito por Darcijane dos Santos Nunes (UFPB). A autora analisa o tratamento dado às figuras de linguagem em três obras de destaque na história da gramática portuguesa: a *Arte da Grammatica de Língua Portuguesa*, de Antonio Reis Lobato (1770); a *Grammatica Philosophica de Língua Portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa (1822); e a *Grammatica Portugueza elementar fundada sob o methodo histórico-comparativo*, de Teófilo Braga (1876). A partir de elementos conceituais caros à Historiografia da Linguística, Nunes mostra pontos de equivalência, interseção e disjunção entre as abordagens de cada gramática, destacando a gramatização da silepse e da elipse não como erros ou vícios de linguagem, mas como fenômenos sintático-pragmáticos legitimados do ponto de vista normativo.

A história da gramaticografia brasileira continua sendo tema deste número da Domínios de Lingu@gem com o artigo **“Os conceitos de linguagem, de língua, de regra e de lei na Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro”**, de autoria de Mairus Prete (IFPR). Partindo dos princípios metodológicos da História das Ideias Linguísticas, Prete investiga como os conceitos de linguagem, língua, regra e lei são

estabelecidos na segunda edição dessa gramática, publicada em 1885. Os resultados indicam que, na obra, o conceito de linguagem presume a boa manifestação do pensamento, o conceito de regra engloba as balizas necessárias para tal manifestação e o conceito de língua, de modo análogo às espécies orgânicas, supõe um funcionamento governado por leis. As análises mostram que esses quatro conceitos complementares cooperam entre si, integram alguns pressupostos teóricos assumidos por Júlio Ribeiro em sua famosa gramática e balizam a finalidade que esse gramático confere à sua obra.

Gramáticas de língua portuguesa também são tema do artigo **“Um método de pesquisa e análise da variação e mudança linguísticas em *Grammaticas da Lingua Portuguesa*”**, de Jorge Viana de Moraes (USP). O autor defende que esses instrumentos linguísticos podem ser tratados como possíveis *corpora* de análises da variação e da mudança linguística, por serem repositórios de diferentes e sucessivas sincronias pretéritas, além de silenciarem vozes e homogeneizarem outras. Sua argumentação de que a evolução linguística se mostra na sucessão de gramáticas deságua em algumas diretrizes metodológicas produtivas na exploração dos fatos de variação e mudança linguística, distribuídas em dois métodos de abordagem particulares: a partir da análise da linguagem registrada na gramática; a partir da análise da metalinguagem do gramático. Tais diretrizes se revelam de grande interesse para a Linguística Histórica e os estudos historiográficos em geral.

O segundo eixo temático deste volume, que versa sobre a gramática a partir do prisma da política linguística e da sociolinguística educacional, inicia-se com o trabalho **“Nomenclatura Gramatical Brasileira sob a perspectiva da Política Linguística”**, de Lucielma de Oliveira Batista Magalhães de Moura (UFPB) e Tamires de Lima Santiago (UFPB). No estudo, observa-se como se deu o processo sociopolítico-ideológico de criação da referida nomenclatura, sob o prisma da Política Linguística. Através de uma análise documental, qualitativa e interpretativista, a análise

apresentada aponta que (i) o contexto macrossocial foi fundamental para o delineamento do projeto que culminou na elaboração da NGB; (ii) a criação da nomenclatura teve a atuação de agentes políticos e intelectuais; (iii) a unificação terminológica deixa de ser entendida em uma perspectiva estrita e puramente linguístico-pedagógica para ser compreendida como uma política linguística que confere concretude a políticas do Estado Nacional.

O artigo seguinte, de Valdilena Rammé (UNILA), versa sobre a “**Gramática da Intercompreensão**” e, como tal, visa refletir sobre a relação entre língua e gramática no âmbito da didática da intercompreensão. A autora parte da análise de exercícios gramaticais em materiais didáticos de intercompreensão e conclui que a didática desse modelo de ensino permite uma prática pedagógica da gramática mais consciente e contextualizada, que não só valoriza o repertório linguístico do estudante, como também mobiliza seus conhecimentos prévios para apoiar a aprendizagem de novas línguas estrangeiras ou adicionais. Finalmente, a autora traz algumas reflexões sobre os benefícios e os desafios que a didática da intercompreensão traz ao trabalho de professores de língua estrangeira, apresentando o potencial pedagógico da adoção de uma abordagem plurilíngue para o ensino de idiomas.

No terceiro artigo do segundo bloco, Bruno Rafael Costa Venâncio da Silva (IFRN) explora “**El concepto de norma aplicado a la enseñanza de español y sus variedades lingüísticas en el contexto brasileño**”. Desse modo, o autor mobiliza um referencial teórico brasileiro e hispânico sobre o conceito de norma linguística e instaura sua proposta numa linha de trabalho a partir de uma perspectiva policêntrica e fomentadora da tolerância linguística. Voltando-se especialmente aos professores de espanhol no Brasil, conceituam-se e diferenciam-se os processos de standardização do espanhol e do português, isso porque esse conhecimento é considerado importante para a proceder à inserção de conteúdos de variação linguística sob uma perspectiva pluricêntrica no ensino de espanhol.

Mantendo a discussão no âmbito do ensino, o artigo **“Reflexões teórico-práticas do ensino de variação linguística em língua portuguesa”**, de Gilberto Antonio Peres (UFU) e Simone Azevedo Floripi (UTFPR), parte da pedagogia da variação linguística e das orientações de documentos oficiais brasileiros para refletir sobre o fenômeno da variação e normas linguísticas empregadas na sociedade. A discussão ocorre em torno de uma proposta de ensino na qual alunos, a partir do contato com os conceitos de variação linguística, produziram tiras incorporando vivências de interação social. Objetiva-se com a aplicação da atividade e reflexão sobre seu processo produtivo (re)pensar a experiência na sala de aula, em relação aos princípios teóricos estudados. Além disso, tenciona-se fornecer um aporte para colegas professores, posto que, na visão dos autores, os livros didáticos de Língua Portuguesa ainda apresentam poucas atividades que abordam o tema da variação linguística por meio de propostas de produções de texto.

No trabalho seguinte, Adriano de Souza (UFRS) e Viviane de Vargas Geribone (UFRS) apresentam **“Subsídios para uma noção sociolinguística de estilo para textos escritos”**. Para tanto, revisam os conceitos de norma culta e de estilo monitorado a partir de textos escritos com o propósito de discutir a pertinência de uma noção sociolinguística de estilo. A discussão parte da análise das variáveis (i) recuperação de antecedente textual por complemento verbal e (ii) construção de orações relativas em um *corpus* composto por doze textos de opinião, de jornal de circulação nacional. Como contribuição à discussão teórica, os autores defendem a necessidade da revisão do conceito de monitoração estilística como critério balizador da norma culta escrita, propondo um enfoque que privilegie a noção de agência estilística e, finalmente, especulando sobre o que pode interessar à educação linguística e à pedagogia da variação linguística.

Este segundo eixo se conclui com o artigo de Paulo Jeferson Pilar Araújo (UFRR), Analú Fernandes de Oliveira (UFRR) e Eduardo Othon Pires Rodrigues

(UFRR), intitulado **“Por que escrever gramáticas de línguas de sinais emergentes”**, em que se reflete sobre algumas línguas de sinais emergentes e o debate acerca da variação e convencionalização em línguas ditas jovens e em línguas de sinais mais consolidadas. Aplica-se para o estudo uma reflexão sobre os procedimentos de descrição, documentação e manutenção linguística sugeridos na produção de gramáticas de referência de línguas sinalizadas. Como resultados, o autor demonstra que a gramatização de línguas de sinais emergentes em relação à gramatização de línguas de sinais institucionalizadas se diferencia muito mais pelos seus aspectos glotopolíticos e ideológicos do que propriamente linguísticos.

Finalmente, o terceiro eixo temático, que aborda o ensino de gramática e descrição gramatical, é introduzido pelo artigo **“Gramática, língua e norma: três conceitos para pensar criticamente”**, no qual Tais Bopp da Silva (UFPEL) discute, a partir de entrevista semiestruturada com alunos de graduação, a importância da assimilação dos conceitos de gramática, linguagem e norma do ponto de vista científico para a consolidação do pensamento crítico. O trabalho parte do fato de que a crença sobre o que é certo e o que é errado (baseada nas atitudes dos professores do ensino fundamental) vem de uma compreensão prescritiva desses conceitos. Desse modo, os dados da pesquisa mostram que quatro dos cinco participantes da pesquisa concordaram não ser possível avaliar a língua nos parâmetros “bom/mau”. Contudo, os participantes não conseguiram definir gramática, língua e fala de maneira consistente, posto que as definições fornecidas foram muito genéricas, sem entrar nos detalhes de um sistema funcional e flexível. Assim, conclui-se no artigo de Silva que, mesmo afirmando que a língua não pode ser julgada segundo parâmetros prescritivos, os mesmos participantes recorrem a critérios dessa natureza para definir os conceitos linguísticos.

O trabalho **“Influências do Paradigma Tradicional de Gramatização no ensino: as classes substantivo e adjetivo nos livros didáticos”**, de Adriene Ferreira

de Mello (UERJ), parte da hipótese de que o Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG) influencia o tratamento dos fatos linguísticos com objetivos pedagógicos. A análise volta-se às classes de substantivo e adjetivo em um *corpus* de livros didáticos atuais. O artigo começa apresentando a origem e o desenvolvimento do PTG no Brasil. Posteriormente, são abordados os diversos problemas que envolvem o ensino dessas classes de palavras no português. Por fim, é realizada uma análise de como os substantivos e adjetivos são tratados em um manual didático para o 6º ano, com base nas abordagens de Neves (2017). Os resultados do estudo destacam a presença de ideias centrais do PTG no ensino fundamental. Também se observa a necessidade de oferecer aos alunos contextos comunicativos reais, para que a análise gramatical implique uma abordagem eficaz do texto, do significado e da própria competência comunicativa. A necessária formação teórica dos professores nesses aspectos e a revisão crítica dos livros didáticos, antes de sua utilização, também são reivindicadas pela autora.

No trabalho seguinte, “**Concepção de gramática e de ensino de gramática nas obras de Neves**”, Thaiza Oliveira da Silva (UFOPA) e Ediene Pena Ferreira (UFOPA) analisam a obra recente de Maria Helena de Moura Neves: “A gramática do português revelada no Texto” (2018), com o propósito de estudar o tratamento da gramática e seu ensino nos termos da autora. A análise parte de quatro questões centrais: *o que é gramática?*; *o que é ensino de gramática?*; *Por que ensinar gramática?*; e, finalmente, *como ensinar gramática?*. O artigo conclui propondo um futuro diferente em relação ao ensino da gramática na sala de aula. Segundo as autoras, a gramática deve favorecer a formação prática dos alunos, de forma que, se esse objetivo não for atendido, seu ensino se torna pouco relevante. A memorização e a aplicação mecânica de regras são questionadas para avançar na defesa da criatividade dos discentes, considerando o uso, os registros, os gêneros textuais e os tipos de texto, tudo isso nos seus aspectos sincrônicos e diacrônicos. Da mesma forma, as autoras defendem o estudo da variação

diamésica, ou seja, dando atenção à prática oral como à escrita. Por fim, o trabalho reflete sobre a necessidade de relacionar o ensino da língua (e, em particular, da gramática) com a aquisição de competências de leitura e escrita relevantes para a formação do cidadão.

O artigo **“La eterna regularidad de los participios. Usos e ideas sobre ellos en los medios de comunicación actuales y del siglo XIX”**, de Miguel Silvestre Llamas (Universidad de Cádiz), discute o mecanismo de analogia no uso e formação dos participípios. Como indica o autor, analisa-se um *corpus* de *tweets* nos quais os usuários manifestam suas dúvidas à RAE sobre a temática do artigo, isto é, os participípios. Assume-se também um *corpus* histórico constituído por reportagens de jornais do século XIX. O autor conclui o estudo apontando que a analogia é um mecanismo vivo e em funcionamento ao longo da história do castelhano, embora alguns de seus resultados não sejam aceitos devido à influência da norma-padrão. Através da análise dos participípios, o autor destaca a importância que as redes sociais e as plataformas digitais têm atualmente para a resolução de dúvidas, ao mesmo tempo que demonstra o caráter socializador que a imprensa cumpriu no século XIX. Silvestre Llamas encerra o seu estudo propondo futuras linhas de investigação a partir das análises efetuadas.

Concluindo o volume temático, o artigo **“Reexaminando o prefixo nominal da classe 5 na língua ronga”**, escrito por Ernesto Mario Dimande e Feliciano Chimbutane (Universidade Eduardo Mondlane), aborda, de forma empírica, os debates entre linguistas sobre o prefixo nominal da classe 5 em Ronga – língua da família Bantu, integrada no grupo Tswa-Ronga (S50) e falada no sul de Moçambique. Conforme apresenta o autor, encontram-se, de um lado, pesquisadores que afirmam que o prefixo nominal da classe 5 é *dji-* ou *dri-*. Contudo, há, de outro lado, estudiosos que, a partir de uma pesquisa estruturada realizada com vinte nativos de diferentes dialetos de ronga, defendem que o prefixo dessa classe é *li-*. O critério que dá suporte a essa tese é a ocorrência de nomes de classe 5 que apresentam este prefixo em ronga. Os

dados também confirmam que dji- ou dri- se constituem como uma marca de concordância nominal e verbal de classe 5 e são usados quando os nomes dessa classe coexistem com suas unidades sintáticas dependentes.

Esperamos que o presente volume temático possa contribuir para o debate sobre gramatização, normatização, ensino de gramática e historiografia linguística no Brasil e em outros países, trazendo à discussão novas questões a serem aprofundadas em pesquisas futuras. Agradecemos aos autores que participam desse dossiê, bem como aos pareceristas e ao conselho editorial da revista Domínios de Lingu@gem.

### Referências

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3 ed. Tra. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

MONTEAGUDO, H. Aspectos da teoria da língua estándar do Círculo Lingüístico de Praga e os seus continuadores. **Revista Grial** 122. v. 22, p.141 - 155, 1994.